

NOTAS SOBRE FLORESTAN FERNANDES: DA QUESTÃO RACIAL À INTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL¹

SIMONE MEUCCI
Professora de sociologia da UFPR
Tutora do PET - Ciências Sociais - UFPR

Antes, os agradecimentos:

Ao ADRIANO CODATO, pelo convite para participar do II Workshop do NUSP.
Aos ALUNOS DO PET, pelo diálogo fecundo nos seminários das segundas-feiras.
Ao ALEXANDRO TRINDADE pela parceria intelectual de sempre.

Uma obra em dois tempos

A redação d'A Revolução Burguesa (a partir de agora RB) foi iniciada em 1966 quando Florestan Fernandes era professor da Universidade de São Paulo. Segundo o autor, sua escrita foi interrompida devido a hesitações em relação às críticas de colegas a quem foram entregues os primeiros esboços. Sensível às críticas, Florestan Fernandes entregou-se exclusivamente às atividades de ensino e ao movimento universitário. Depois do Golpe de 1964, afastado de suas funções docentes na USP e exilado no Canadá (onde lecionou entre os anos de 1969 e 1972), retomou alguns dos temas contidos no esboço do livro em suas aulas sem, entretanto, jamais pensar em concluir a obra.

Em 1973, de volta ao Brasil (onde foi acolhido no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), graças ao estímulo de colegas (entre os quais Luiz Pereira, Fernando Henrique Cardoso e sua filha Heloísa Fernandes) retomou os planos iniciais e concluiu a obra mantendo seu caráter fragmentário. O livro é, pois, composto de textos escritos em momentos muito distintos da vida do autor e da nação. A primeira e a segunda partes (onde trata de identificar as condições e os agentes que,

¹ Estas notas são uma versão que sintetiza parte das discussões feitas durante os seminários internos do segundo semestre de 2009 do grupo PET-Ciências Sociais-UFPR. Foi apresentado no II Workshop do Núcleo de Pesquisas em Sociologia Política Brasileira, ocorrido em Curitiba nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2009. Para consultar os demais papers do Workshop: <http://www.nusp.ufpr.br/notic.php?id=45>

desde a Independência favoreceram a Revolução Burguesa no Brasil) foram redigidas em 1966. A terceira parte (onde procura identificar as etapas do desenvolvimento capitalista entre nós perscrutando o processo de constituição de seu caráter dependente e autocrático) foi escrita no seu retorno ao Brasil, quando a ditadura já assumira sua feição mais violenta.

Nesse sentido, pode-se dizer que a conclusão do livro é um balanço inspirado no processo social em curso. O golpe de 1964 e seus desdobramentos mais radicais exigiam esta reflexão por manifestar mais notavelmente, no nível político, as limitações da constituição de uma ordem burguesa no Brasil.

A escrita da obra em dois tempos se revela no tratamento dado ao tema. A parte elaborada a partir de 1973 demonstra, de maneira mais dramática do que a parte escrita antes, que a dominação burguesa no Brasil prescinde da democracia.

A revolução burguesa em relação ao conjunto da obra do autor

Podemos afirmar que os temas predominantes no conjunto das obras de Florestan Fernandessão os seguintes:

- a) a síntese e a vigilância teórica e metodológica (entre os quais destaco *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, publicado em 1959),
- b) o sentido das Ciências Sociais no mundo contemporâneo, em especial no Brasil (as reflexões contidas em *Sociologia numa era de revolução social*, de 1962, são representativas desta preocupação);
- c) a 'questão racial' no Brasil (*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* de 1955 e *Integração do negro na sociedade de classes* em 1965).

Observamos ainda que Florestan Fernando dedicou-se especialmente, no plano do trabalho empírico, ao estudo dos marginalizados: desde a análise das brincadeiras de crianças num bairro pobre de São Paulo (*As trocinhas do Bom Retiro*, de 1948), passando pela investigação da organização social dos tupinambás desaparecidos (em *A função social da Guerra na sociedade Tupinambá*, de 1951), até o drama da integração do negro na sociedade brasileira. Ao longo de sua trajetória, este conjunto de trabalhos se constituiu como um esforço para compreender a partir das 'bordas' da sociedade e de seus agentes limítrofes, a natureza das relações sociais no Brasil, em particular das mudanças sociais entre nós. (ARRUDA, 2001: 311)

Vale também à pena lembrar que muitas de suas obras teórico-metodológicas resultaram de apontamentos de suas aulas da disciplina de Sociologia Aplicada ministradas na Universidade de São Paulo. Estas obras revelam preocupação com a teoria em geral e em especial com os destinos e os sentidos das ciências sociais no Brasil. Florestan Fernandes demonstrava grande empenho para avaliação das condições da teoria e da metodologia clássica apreenderem a realidade social brasileira.

Não obstante, nesta apresentação, estamos considerando a hipótese de que especialmente o tema das relações raciais na cidade de São Paulo foi decisivo para a emergência da indagação fundamental que mobiliza a sua reflexão na RB.

A pesquisa sobre os negros em São Paulo lhe apareceu através do que se convencionou denominar de Projeto Unesco. Trata-se de uma 'encomenda' da Unesco aos principais cientistas sociais do Brasil da época para a realização de um diagnóstico acerca do estado das relações raciais em algumas das principais capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo). Em São Paulo, a pesquisa foi coordenada por Roger Bastide e contou ainda com a participação dos sociólogos Oracy Nogueira, além de Florestan Fernandes.

A pesquisa feita por Bastide e Florestan na cidade São Paulo resultou na obra *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, publicada em 1955. Na década de 60, Florestan Fernandes retomou os trabalhos para escrever a sua tese para o concurso de professor titular. Daí resultou o livro *Integração do negro na sociedade de classes* publicado em 1964, ano do Golpe e apenas dois anos antes do início da redação da RB. Vejamos quais as conclusões presentes na *Integração do negro* que permitem considerar a importância deste trabalho para a elaboração da RB.

O drama do negro

Integração do negro na sociedade de classes (a partir de agora INSC), publicado em dois volumes, analisa a condição da população negra da cidade de São Paulo desde a Abolição até os anos de democratização, na segunda metade dos anos 50 do último século. O trabalho compreendeu a análise de dados demográficos, longas entrevistas e fontes documentais. O livro tem uma sofisticação analítica que infelizmente não poderemos demonstrar com justiça aqui nesta síntese.

Na INSC, Florestan Fernandes demonstra que, na cidade de São Paulo, desde a Abolição, o negro não foi integrado ao mercado de trabalho. De um lado, no plano da socialização, o negro não teve a oportunidade de cultivar impulsões psicossociais

necessárias para se pensar e agir na nova ordem social que então se constituía. De outro lado, empregadores preferiam contratar os imigrantes europeus que desembarcavam em abundância no Brasil com o desejo de ascensão social através do trabalho.

Neste duplo registro, o negro competia em flagrante desvantagem com os brancos, em especial os imigrantes. Aos negros restavam funções que nenhum branco queria realizar: as subocupações nas casas, no comércio, na indústria paulistana. Isso ampliava as bases do desajustamento e da inadequação à nova ordem social.

Sem a criação de uma estrutura institucional que permitisse novas impulsões favoráveis a uma conduta orientada para o trabalho e para a poupança, o negro foi abandonado à sua própria sorte. Foi arremessado para uma condição de pauperismo material e moral. Mantinha, nos bairros pobres da grande cidade, em habitações miseráveis e ocupando funções econômicas consideradas indignas, uma vida social caracterizada pelo alcoolismo e pela desagregação familiar. As expressões culturais e religiosas dos negros foram ainda criminalizadas impedindo qualquer forma positiva de constituição da identidade.

A partir deste panorama, Florestan Fernandes demonstra que antes degradado pela escravidão, o negro, após a Abolição, era agora degradado pela anomia e pela integração deficiente à ordem social de classes.

Foi nestas condições que o negro ingressou no novo século. Para Fernandes, nem a ampliação do mercado interno e a complexificação da estrutura ocupacional que ocorreram entre a década de 30 e a década de 50 do último século representaram uma mudança substantiva nas oportunidades de trabalho dos negros. Os mecanismos velados do preconceito racial entravam em ação para resguardar a distância do negro da dinâmica competitiva. E ainda que houvesse excepcionalmente a ascensão de negros à classe média estes eram vítimas de um duplo isolamento: a separação do seu grupo original de sociabilidade (eram acusados de 'traição' à raça) e o isolamento em relação aos brancos (temendo o preconceito racial). Para Fernandes, o negro ascendente vivia um drama que demonstra com toda a intensidade os paradoxos da ordem competitiva no Brasil. Este seja talvez o personagem mais dramático do livro (se é que se pode afirmar isso de uma obra sociológica!)

Tudo isso ocorria, segundo Fernandes, sob o discurso da democracia racial. A negação e a ocultação do preconceito racial tiveram, no Brasil, as seguintes funções segundo Florestan Fernandes:

- a. atribuir incapacidade do negro.
- b. isentar o branco de qq obrigação.
- c. forjar uma consciência falsa acerca do estado das relações raciais.

Nesse sentido, após a Abolição, houve a perpetuação das condições de status e dos papéis sociais do branco e do negro que foram legadas da ordem estamental. A mudança legal não representou propriamente uma alteração no padrão das relações raciais. Instaurou-se uma condição estamental dentro do regime de classes. E, neste caso, a desigualdade não é apenas elemento atávico, mas algo constitutivo da sociedade. A elite branca elaborou o controle pela competição de oportunidades criando uma ordem social paradoxal cuja estrutura abriga, a um só tempo, a lógica estamental e a lógica competitiva. O desajustamento estrutural e persistente do negro demonstra a natureza complexa da constituição do que ele chama de ordem competitiva no Brasil.

A revolução burguesa deformada

A rigor, o estudo sobre as relações raciais ultrapassa seu sentido mais imediato – a chamada *questão racial* – e diz respeito à dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Segundo Fernandes, esta dinâmica acaba impedindo também o desenvolvimento da democracia no país. Este o dilema que será objeto de análise da RB, cuja escrita se inicia, conforme já lembramos, após o Golpe de 1964.

É na RB que Florestan Fernandes demonstra que a integração deficiente do negro na organização social estava inscrita num processo de constituição de um capitalismo dependente e subdesenvolvido. No limite, é na RB que o autor demonstra, de forma ampliada, como foi que o controle das elites brancas pela competição de oportunidades se realizou ao longo do processo histórico.

A primeira questão a ser enfrentada pelo autor neste livro é se houve de fato uma Revolução Burguesa no Brasil. Fernandes procura demonstrar que houve uma modalidade de dominação burguesa entre nós, embora não no sentido ideal. A rigor, não há, para ele, um modelo geral de Revolução Burguesa ou de desenvolvimento do capitalismo, mas manifestações variáveis que correspondem às condições histórico-sociais na qual ocorrem.

Ao longo do texto, a propósito, o autor vai deslindando o que considera uma forma típica de dominação burguesa que se manifesta nas economias capitalistas periféricas.

No Brasil, afirma Fernandes, como nos demais países na mesma condição, o capitalismo é introduzido antes que o conjunto de instituições políticas, sociais e culturais que em geral o acompanham se constituam (entre os quais o Estado Nacional moderno, o trabalho assalariado, etc). O processo de constituição destas instituições foi contraditório no Brasil.

No século XIX é que emergiram condições para ação que beneficiaram o início do processo de instauração da ordem competitiva. Eclodiram tímidas, mas persistentes, na Independência do Brasil, episódio em que a elite nativa, inspirada pelos ideais liberais, atuou decisivamente na organização do Estado Nacional e na integração da nação.

Tal mobilização está relacionada ao fato que o Estado foi compreendido como única entidade que poderia responder aos interesses da elite que procurou, por meio dele, internalizar os centros de poder (que não ficavam mais na metrópole) e ampliar a esfera de ação para fora de seus domínios territoriais. Entretanto, esta elite não rompeu definitivamente com o estatuto colonial. Foi revolucionária ao criar o Estado, mas foi também conservadora ao manter a ordem social e econômica da colônia. Não rompeu com a dinâmica econômica, tampouco com a escravidão. A autonomização política não correspondeu a uma autonomização econômica e à instauração do trabalho livre. A economia continuou periférica e dependente e o sistema social regulado pela ordem estamental. Nesse sentido, a elite nativa não contestou o estatuto colonial em sua completude. Tratou-se de uma ruptura que era, não obstante tributária do passado.

Nesse processo, os ideais democráticos não foram fundamentais. Segundo Fernandes, mais importante foi manter o equilíbrio da sociedade, a integração nacional e o monopólio das elites no processo de decisão. De acordo com esta perspectiva, o que houve na organização do Estado Nacional brasileiro foi a adaptação da dominação senhorial a uma ordem burocrática. Ocorreu, pois, a burocratização da dominação senhorial. Os privilégios estamentais ganharam significação política nacional.

Após a independência, registrou-se o crescimento mais ou menos notável do mercado interno acompanhado por uma expansão urbana. Com isso, houve uma paulatina diferenciação interna da aristocracia e o nascimento de uma burguesia comercial com certo dinamismo.

Nascia então um regime de classes dentro de uma sociedade com traços de estratificação em castas. A burguesia nascente, pressionada pela própria dinâmica do desenvolvimento capitalista da qual era originária, foi responsável então pela Abolição

da Escravidão. Teve então um papel revolucionário, ainda que difuso e deformado. Preocupada com a imposição da distância 'racial' e o controle da competição por oportunidades, manteve vigorosos os critérios de distinção e avaliação estamentais.

Numa economia na qual grande parte dos recursos eram drenados para o exterior, o controle dos privilégios e das oportunidades escassos tornava-se decisivo. O monopólio do mercado de oportunidades estabelecido pela elite branca institucionalizou então um regime de castas dentro do regime de classes que acabava de se instaurar.

Com efeito, o curso do processo social após Abolição da Escravidão revelou uma tensão estrutural entre as formas de poder tradicionais, as formas de poder criadas pela ordem legal e as demandas sociais que inexoravelmente surgiam da dinâmica da economia. São diferentes pólos no mesmo sistema social que irão coexistir cada vez mais tensamente à medida que o capitalismo se desenvolve. Esta tensão será firmemente gerida pela ação política de natureza autocrática da burguesia brasileira.

Na década de 30, quando houve maior diferenciação do sistema econômico, a consolidação da economia urbano-industrial e maior dinamismo do mercado interno há maior complexificação da estrutura de classes da sociedade:

- . de um lado, a houve a diferenciação interna da burguesia (com interesses divergentes)
- . de outro, a emergência de novos agentes sociais acenando a possibilidade de oposição de baixo para cima

Com a irrupção do povo na cena histórica brasileira, as oligarquias (tradicionais e modernas) orquestraram uma aliança conservadora para suprir as demandas e estancar os conflitos da sociedade, que eram notáveis. Neste contexto, consolidou-se um padrão de dominação burguesa que irá vigorar até a primeira metade dos anos 40.

Nos anos 50, porém, irrompe um novo cenário que terá conseqüências importantes para a história do país. Trata-se da emergência do capitalismo monopolista que caracteriza-se por operações de grandes corporações que reforçam as estruturas coloniais.

Para Florestan Fernandes, nesta fase, o controle da periferia passa a ser vital para o 'mundo capitalista', não só porque as economias centrais precisam de suas matérias primas e dos seus dinamismos econômicos para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico possível para a expansão do capitalismo.

O capitalismo monopolista ao mesmo tempo que permitiu uma nova dinâmica do mercado interno na periferia, também depende de estruturas arcaicas para se consolidar. Ele superpõe o moderno ao antigo. Conserva, sobretudo, o controle estatal do mercado de oportunidades e a prática política autocrática (uma democracia restrita).

O capitalismo monopolista empreende, nos países periféricos, uma *devastação* (segundo os termos do próprio Florestan) sem precedentes na história do capitalismo. (p. 296) Isso se manifesta igualmente na exploração dos homens (a elevação da desigualdade econômica e social) e da natureza (a destruição do meio ambiente).

Nesta fase, em que as economias periféricas estão atreladas à economias centrais de um novo modo há também uma dinamização da economia interna e as contradições resultantes do movimento desigual tornam-se o muito aparentes. Emergem então demandas e movimentos sociais que são controlados num primeiro momento pelo populismo (que não é uma *democracia fraca*, mas como uma *autocracia dissimulada*).

Não obstante, à medida que as demandas crescem e os conflitos se tornam muito aparentes há a intervenção política militar no sentido de elevar o poder de decisão e de controle das burguesias dos países dependentes. Fica então aparente que está em operação um modelo autocrático burguês de condução do desenvolvimento capitalista. É, sobretudo, na segunda parte do livro, que Fernandes demonstra que no Brasil, como nas economias periféricas, a dominação burguesa se caracteriza por uma dissociação entre capitalismo e democracia.

No capitalismo dependente e subdesenvolvido a ação política é hipertrofiada e a burguesia, atormentada, precisa manter o controle da situação por meio da ocupação violenta do Estado, esfera onde os conflitos sociais são deslegitimados, inscritos como fora da ordem. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais a burguesia nacional assume funções repressivas. O desenvolvimento capitalista está ligado à força do aparato repressivo do Estado.

Não obstante, Fernandes na conclusão do livro, faz uma ressalva acerca dos limites desta estrutura repressiva:

Dentro da lógica destas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água demais ao moinho e que acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado Autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo

de Estado (...) quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões anti-burguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução. (FERNANDES, 2006: 424)

Um ensaio, não um tratado

Na nota explicativa que se apresenta nas primeiras páginas do livro, Fernandes se apressa em afirmar que a obra é um ensaio livre e não obra de sociologia acadêmica. Um ensaio que, não obstante, *não poderia escrever se não fosse sociólogo*. (FERNANDES, 2006: 26)

Gabriel Cohn afirma que a referência ao ensaio é uma advertência sobre os limites da obra: é como se Florestan Fernandes evocasse com amargor, as circunstâncias da feitura do livro que impuseram o seu formato fragmentário. À moda dos grandes livros escritos logo após a chamada Revolução de 30, Florestan (também inspirado por um golpe político...) retoma o estilo ensaístico caracterizado: a) pela indiferença em relação à apresentação e vigilância de dados empíricos e b) pelo esforço de interpretação dos sentidos da 'formação nacional'. Com isso, RB se constitui atualmente como o *último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes sobre o destino do país*. (palavras de José de Souza Martins no prefácio de FERNANDES, 2006: 12)

Não obstante, apesar da semelhança estilística em relação aos trabalhos de 30, há uma diferença que não se pode deixar de notar: não se trata, em Fernandes, de investigar a identidade cultural brasileira (tema corrente de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, só para citar os mais representativos do ensaísmo de 30). Florestan Fernandes deseja compreender e identificar a tipicidade da dominação burguesa nos países capitalistas periféricos. Não há, portanto, rigorosamente, na sua indagação uma 'identidade cultural brasileira'.

Uma das ironias contidas na definição da RB como um ensaio é que, nos anos 40 e 50, no auge da sua militância acadêmica pela legitimidade das ciências sociais, Fernandes um dos mais fervorosos combatentes do ensaísmo. Considerava então que o ensaio era uma expressão pré-científica do conhecimento.

Como explicar a natureza ensaística da sua última grande obra? Consideremos a hipótese de que se trata menos de uma evocação ao caráter fragmentário e

impreciso do livro e mais de um posicionamento de Florestan em relação ao seu objeto de análise.

É possível que, numa perspectiva adorniana, Fernandes tenha considerado que apenas a narrativa ensaística permitiria deslindar as contradições do processo histórico considerado. A reflexão acerca da constituição da modernidade no Brasil exigia, pois, uma escrita livre e pessoal - densa e tensa. O ensaio parece ter sido um gênero especialmente apropriado para compreender o objeto de análise do livro qual seja, a especificidade da Revolução Burguesa no Brasil, suas *polarizações, limitações e deformações*, sua força e sua debilidade. Ao mesmo tempo, o ensaio permite a Fernandes demonstrar a inspiração de uma consciência sociológica atormentada por frustrações e esperanças.

Com efeito, no ensaio, do ponto de vista de Adorno, o estilo da escrita e a natureza do objeto se confundem, assim como também o escritor e o tema. Para Adorno, a sociedade não é um sistema que pode ser apreendido numa descrição conceitual. Os fenômenos que constituem a vida social são objetos inesgotáveis, experiências em movimentos contraditórios que podem ser perseguidos intelectualmente por meio das angústias do pesquisador.

Nesse sentido, o ensaio não é uma atitude estilística. Representa uma atitude intelectual. Florestan Fernandes, o mais dedicado artesão da sociologia científica no Brasil, neste livro, abre mão de um mero ordenamento conceitual da realidade e do primado dos dados empíricos em nome da crítica imanente ao processo histórico. Deseja produzir um conhecimento que supera a descrição científica ao conter um esforço notável de imaginação intelectual dedicado a perseguir todas as contradições da formação do capitalismo no Brasil. Contradições que podem ser assim definidas:

A Revolução Burguesa se apresenta, portanto, no Brasil, como uma revolução que revela com toda a intensidade as contradições do desenvolvimento capitalista. Inspira-se no liberalismo descartando os ideais democráticos. Consolida o Estado nacional mantendo o estatuto colonial. Extingue a escravidão bloqueando o acesso do negro ao mercado de oportunidades. Instituiu o trabalho assalariado preservando a ordem patriarcal. (inspirado em SAES, 2001: 31).

Referências

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, Edusp, 1965. 2 vols.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.